As informações na União Europeia

Helena Carrapiço
Doutoranda no Instituto Universitário Europeu, em Florença

Apesar da sua importância crucial, a *intelligence* é provavelmente o sector europeu em que a integração está, actualmente, menos avançada. Este facto deve-se à persistência de numerosos obstáculos que os Estados-membros não conseguem, e por vezes até não desejam, eliminar, mas que tem vindo a desaparecer lentamente, face à urgência, em especial, do combate ao terrorismo.

Introdução

Desde Setembro de 2001, e mais particularmente desde Março de 2004, a União Europeia (UE) tem dado sinais de querer avançar no sentido de uma maior cooperação, quer entre os seus serviços nacionais de segurança, quer entre estes últimos e as instituições comunitárias. Perante um número crescente de ameaças que apresentam características inovadoras, os Estados-membros compreenderam que uma resposta eficaz teria de passar por uma conjunção de sinergias e uma actuação colectiva. De forma a atingir este objectivo, os países da UE empreenderam reformas em áreas como a jurídica e a judicial, avançando já com maior hesitação no campo das informações estratégicas. Apesar da sua importância crucial, a *intelligence* é provavelmente o sector europeu em que a integração está, actualmente, menos avançada. Este facto deve-se à persistência de numerosos obstáculos que os Estados-membros não conseguem, e por vezes até não desejam, eliminar. Estes problemas que impedem a UE de desenvolver uma verdadeira política externa, coerente e unitária, têm contudo vindo a desaparecer lentamente, face à urgência, em especial, do combate ao terrorismo. As iniciativas que foram tomadas, e que se têm acentuado recentemente, já tiveram a oportunidade de demonstrar a sua eficácia, deixando assim o caminho aberto a propostas mais ousadas como a de uma Agência Europeia de Informações (AEI).

Ao longo deste artigo, será, em primeiro lugar, demonstrada a crescente importância das informações estratégicas no contexto actual europeu. Neste âmbito será defendida a ideia de que a *intelligence* é a base das políticas de segurança e de defesa e que, consequentemente, constitui um pré-requisito para o fortalecimento do papel de actor político que a UE tanto reclama para si. Em seguida, serão analisados os obstáculos à cooperação entre agências de informações, nomeadamente a natureza sensível deste tipo de dados, a desconfiança entre os Estados-membros, os interesses nacionais divergentes e a cultura das agências nacionais. Por fim, será equacionada a possibilidade de uma futura AEI, tendo em consideração os passos já tomados nessa direcção. Este artigo não tem, no entanto, a pretensão de apresentar sugestões no sentido de aperfeiçoar o actual sistema europeu de informações. Apenas deseja analisar a adequação, ou não, de uma possível AEI à luz da situação actual.

A importância da *intelligence* no contexto actual europeu

É relativamente comum ler artigos de jornal ou até documentos oficiais relativos às novas ameaças que põem em risco a segurança da UE. O próprio texto de Javier Solana, *Uma Europa Segura num Mundo Melhor*, menciona que «a Europa enfrenta agora novas ameaças que são mais diversificadas, menos visíveis e menos previsíveis».[1] Entre estas últimas, este documento salienta,

em especial, o terrorismo, a proliferação das armas de destruição massiva, os conflitos regionais, o fracasso dos Estados e a criminalidade organizada. É, no entanto, possível argumentar que nenhum destes problemas é verdadeiramente recente. Pelo contrário, estes fenómenos, com excepção naturalmente da proliferação das armas de destruição massiva, têm até uma longa história de existência. O que mudou, acima de tudo, foi o contexto em que se inserem, que lhes possibilitou adquirirem uma maior dimensão que no passado e, consequentemente, uma posição mais alarmante nas agendas de segurança dos Estados e das organizações internacionais. Devido a factores como a globalização das economias e das comunicações, a redução das ameaças militares tradicionais e a facilitação do acesso à tecnologia, as sociedades modernas estão mais vulneráveis face ao poder de destruição crescente, de um número cada vez mais elevado de actores não estatais.

Da mesma forma que o contexto se alterou, também as respostas aos problemas procuraram ser diferentes. Dado que as ameaças se passaram a revestir de um carácter transnacional e que os seus efeitos começaram a ter um impacto geográfico cada vez mais abrangente, a fronteira entre as ameaças internas e as externas tornou-se mais dúbia. Esta evolução conduziu a uma alteração não apenas da concepção da segurança (com a introdução, por exemplo, da noção de segurança humana e de segurança societal), mas também da abordagem dos problemas: «os novos desafios requerem uma abordagem integrante, cooperativa e coesa da segurança».[2] Os membros da UE tomaram consciência de que existem ameaças comuns ao espaço que ocupam e que a sua resposta deverá ser concertada e coerente. Compreenderam que não era possível continuar a tratar as ameaças de forma geograficamente isolada, sob pena de obterem resultados cada vez menos eficazes: «não será possível obter uma imagem completa de uma determinada ameaça se cada agência nacional tiver apenas em consideração as actividades que forem desenvolvidas no espaço geográfico que cada uma abrange».[3]

No sentido de harmonizar as respostas face às ameaças, e tal como veremos mais adiante, os Estados-membros da UE procederam já a alterações consideráveis no domínio jurídico e judicial. Apesar da importância destes esforços, não devemos, no entanto, deixar de realçar que as intervenções a este nível constituem um ponto de partida questionável. Se o sistema de segurança de um país fosse uma pirâmide, as autoridades policiais ficariam, muito provavelmente, situadas na sua base, encontrando-se os tribunais pouco acima. As agências de informações, por seu lado, ficariam situadas no topo, dada a influência que estas têm sobre toda a estrutura de segurança dos Estados. Neste contexto, a função da *intelligence* é de apoiar o receptor das informações na identificação de ameaças e levá-lo a tomar consciência da necessidade, ou

não, de desenvolver possíveis respostas. Deve, além disso, acompanhar as fases operacionais ou a aplicação das políticas a que deu origem. De facto, a *intelligence* é imprescindível para uma avaliação e uma tomada de decisão correctas por parte da classe política, as quais irão em seguida afectar os restantes elementos do sistema de segurança. Os Estados-membros preferiram, contudo, começar por introduzir alterações na base em vez de proceder à reformulação do topo da pirâmide, apesar da importância crucial deste último: «a *intelligence* desempenhou sempre um papel fundamental no desenvolvimento das percepções das ameaças, definindo estas últimas e influenciando as respostas».[4] Dado que houve alterações consideráveis no contexto da segurança mundial e estando conscientes da necessidade de adaptar as suas respostas à nova realidade, será pertinente questionarmo-nos se os Estados não deveriam ter escolhido intervir primeiro ao nível dos serviços de informações.[5]

Neste sentido, é possível afirmar que embora a UE esteja consciente de que a segurança é um bem comum e de que é necessário fornecer uma resposta colectiva, não teve capacidade para desenvolver aquilo que deveria ser a base desta última, uma avaliação comum das ameaças: «se a resposta às chamadas novas ameaças deve ser colectiva, não será apenas desejável como também necessário desenvolver relatórios colectivos sobre essas ameaças».[6] Tendo as informações um papel extremamente relevante na elaboração deste tipo de avaliação – a qual vai permitir em seguida a construção de uma estratégia de segurança –, a UE deveria criar capacidades de *intelligence* de forma proporcional às suas ambições declaradas: «a informação, dado económico mas também factor de conhecimento e de compreensão, é a base de qualquer política de segurança».[7] A UE pretende desenvolver uma Política Europeia de Segurança Comum (PESC) de segurança e defesa, sem, no entanto, lhe dar verdadeiramente substância, nem a munir de ferramentas adequadas à sua prossecução. E, apesar de estar consciente das suas fragilidades, a UE continua a insistir numa integração cada vez mais puxada da PESC.

Este mesmo raciocínio pode ser aplicado às ambições políticas da UE. Esta última não pode pretender ser um actor credível na cena internacional se não tiver uma política de segurança e de defesa sólida e uma política externa capaz de se exprimir a uma só voz. Para atingir esse estádio é necessário, por um lado, que os políticos estejam a receber informações suficientes para identificar correctamente os interesses comuns e, por outro, que a qualidade da *intelligence* lhes possa permitir determinar qual a estratégia a seguir com base nesses mesmos interesses. A título de exemplo, se os países da UE tivessem desenvolvido uma avaliação verdadeiramente colectiva das ameaças, ou seja, uma visão comum do mundo, é possível que a crise intra-euuropeia face à intervenção no Iraque não tivesse sequer tido lugar. Outra característica de

uma política externa forte, ligada à *intelligence*, é a capacidade de controlo. Através das informações, um Estado pode confirmar que os seus acordos bilaterais ou tratados não estão a ser infringidos pelos parceiros. Esta possibilidade é especialmente importante quando se trata de acordos como os de não proliferação. «Uma entidade política sem informações estratégicas próprias perde influência, coerência, identidade, capacidade de prevenir e resolver conflitos. Numa palavra, perde poder».[8]

As dificuldades de cooperação da *intelligence* no seio da UE

A razão pela qual os países da UE optaram por introduzir alterações em sectores que não os de *intelligence* está, obviamente, ligada à natureza confidencial desta última. Se as informações tivessem a sua origem em fontes abertas e de fácil acesso público, deixariam de constituir um objecto de protecção. Segundo Bjorn Muller-Wille, «o que leva certos dados a tornarem-se *intelligence* é determinado pela sua origem. A *intelligence* deve passar por uma das agências classificadas como agências de *intelligence*».[9] Por esta razão, os interesses nacionais continuam a ser vistos, a nível da UE, como prioritários e a partilha de informações como pouco natural. Apesar dos progressos em termos de integração, que foram conseguidos ao longo dos anos, o sentimento de desconfiança continua a dominar esta área e os Estados-membros têm dificuldade em partilhar informações que lhes podem trazer vantagens económicas, tecnológicas ou militares sobre os outros. A reunião interministerial que teve lugar poucos dias depois dos acontecimentos de 11 de Março de 2004 ilustra bem esta dificuldade. Perante a proposta de se criar uma AEI, Michael McDowell, o ministro irlandês do Interior, comentou que «não é previsível que as agências nacionais de informações venham a partilhar a totalidade dos seus segredos».[10]

Por outras palavras, os Estados-membros continuam a trabalhar principalmente no sentido da sua própria segurança territorial, relegando a do resto da UE para segundo plano. No campo das informações, a UE assemelha-se mais a uma manta de retalhos, com 25 interesses nacionais diferentes, onde o espírito de comunidade está ainda longe de se fazer verdadeiramente sentir: «o que é necessário é um sentimento de pertença a uma comunidade de interesses, onde as ameaças são comuns. Este sentimento é ainda, de acordo com numerosos analistas, inexistente na maioria das capitais europeias».[11] Esta estratégia individualista talvez fizesse sentido se nos estivéssemos a referir a países na posse de toda a sua soberania e com domínio total sobre as suas fronteiras, mas não no caso da UE. Os Estados-membros ainda não compreenderam que esta estratégia pode mesmo ser contraproducente para a sua própria segurança. Imaginemos, por exemplo, que os serviços de informa-

ções do país europeu *A* têm indicações de que um determinado grupo de crime organizado *X* está a transportar uma quantidade considerável de armas, mas desconhece a identidade do receptor. Simultaneamente, os serviços de informações do país *B* têm vindo a monitorizar uma célula terrorista *Y* e suspeitam fortemente da existência de um plano para um atentado de grande dimensão. Se a coordenação entre estes dois países, mais exactamente, a troca de informações, não estiver a ser efectuada correctamente, há uma grande possibilidade de não se aperceberem de que existe uma relação entre os dois grupos, a tempo de evitar um atentado: «forças policiais e de segurança diferentes detectam, em cada um dos seus países, as actividades de células separadas, no entanto, nem sempre conseguem estabelecer a relação entre elas».[12]

Embora a natureza da *intelligence* seja um entrave extremamente importante à cooperação entre os Estados-membros, não é o único. Se existisse realmente uma estrutura sólida de troca de informações no seio da UE, as relações com países terceiros iriam inevitavelmente ser afectadas. Alguns Estados sentem receio em avançar para um projecto que poderia vir a degradar as suas actuais ligações com outros países fora da UE. O caso dos Estados Unidos da América (EUA) é possivelmente o mais relevante. Como é do conhecimento público, os EUA não alimentam o mesmo tipo de relação com todos os membros da UE, sendo o sentimento de confiança mais profundo com uns do que com outros. Ora, se esses países tivessem a obrigatoriedade de partilhar os seus conhecimentos com os restantes, será que os EUA não iriam pensar duas vezes antes de passarem informações, por exemplo, ao Reino Unido? «Parece irracional partilhar mais informação no seio da UE se isso pudesse levar Washington a reduzir, ou mesmo parar, o fluxo de informação que produz».[13] Trata-se de um ciclo vicioso de dependência do qual será complicado sair.

Tanto esta questão, como a anterior sobre os interesses nacionais, remetem para o problema da manipulação das informações. Os Estados sentem-se reticentes em partilhar os seus conhecimentos porque não têm garantias reais de que as informações que vão receber em troca sejam fidedignas. Tendo em consideração que, actualmente, os dados que são transmitidos são criteriosamente seleccionados, não será difícil imaginar que possam igualmente ser manipulados: «em alguns casos, os países podem até optar por fazer circular informações manipuladas ou alteradas de forma a desinformar e induzir outros a agir de determinada forma».[14]

Nesta tentativa de apontar os entraves à cooperação dos Estados na área da *intelligence*, devem igualmente ser realçados os aspectos financeiros desse tipo de operação. A harmonização das normas e das estruturas de cooperação, para além de morosa, também é especialmente cara. Para além disso, é

necessário ter consciência de que a *intelligence* não está desenvolvida de forma igual em todos os Estados-membros. Aqueles que têm capacidade para produzir uma maior quantidade de informações podem não estar dispostos a pagar pelos restantes.

Ligada à questão financeira, embora de forma indirecta, está o problema da cultura dos diferentes serviços de informações. Por um lado, é importante chamar a atenção para o facto de a produção de *intelligence*, a nível das agências nacionais, ser feita no idioma local. Tendo em consideração que a UE conta actualmente com 20 línguas oficiais, compreende-se facilmente que a troca de informações se possa tornar complicada: «não faz sentido partilhar informações com terceiros se os receptores não as conseguirem compreender».[15] Para ultrapassar esta torre de Babel, a tradução torna-se um instrumento essencial, mas igualmente muito custoso.

A problemática cultural dos serviços de informações não se esgota, no entanto, na questão linguística. Como países independentes que são, os Estados-membros desenvolveram as suas agências de forma autónoma e em contextos históricos específicos. Durante anos, os diversos serviços foram criando culturas de trabalho, com determinados métodos e formas organizativas: «estes serviços não só têm direitos e tarefas diferentes, como têm igualmente estatutos formais diversos».[16] Dependendo do país, uma agência de informações pode ter atribuições e organigramas diferentes e pertencer ao Ministério da Administração Interna, da Justiça, da Defesa ou até dos Negócios Estrangeiros. Não devemos, no entanto, estranhar esta disparidade dado que, mesmo dentro dos próprios Estados, é difícil conseguir um consenso acerca da competência de cada serviço: «diversos Estados-membros esforçam-se por melhorar a coordenação interna, sem a qual seria particularmente difícil coordenar os esforços a nível europeu. Em França, por exemplo, a coordenação entre a polícia e os serviços de informações tem sido, pelo menos historicamente, sujeita a crónicos problemas de desconfiança, o que os conduziu não só a insucessos mas principalmente a, ocasionalmente, trabalhar mesmo em sentidos opostos».[17]

Por fim, será ainda relevante sublinhar a questão das incompatibilidades técnicas. Estas últimas podem ser, em especial, de tipo jurídico ou tecnológico. Por um lado, as legislações nacionais são ainda bastante diferentes, quer no que toca aos serviços de *intelligence*, quer no que diz respeito às ameaças e respectivas respostas. Por outro, as agências estão muitas vezes dotadas de sistemas informáticos e canais de comunicação incompatíveis.

Apesar do número de obstáculos, o panorama global da *intelligence* na UE não deve ser encarado com pessimismo. Como veremos a seguir, este tem sofrido uma evolução considerável, fruto da necessidade de dar uma resposta adequada a um número crescente de ameaças.

Uma AEI adequada à situação actual

O facto de este ser um tema relativamente mediatizado de momento não nos deve levar a pensar que a cooperação entre serviços de *intelligence* só teve início recentemente. Alguns autores parecem sugerir que a troca de informações teve origem nos ataques terroristas de 2001 e 2004. É o caso, por exemplo, de Mirjam Dittrich, cuja obra sobre a resposta europeia ao terrorismo global é muito relevante, mas ignora tudo o que é anterior a esses acontecimentos. Urge, portanto, sublinhar as ligações já existentes desde a década de 70: o grupo TREVI, o grupo *Pompidou*, o grupo *Kilowatt* e o Clube de Berna são exemplos de plataformas que possibilitaram as primeiras trocas de informações. Houve sempre, igualmente, acordos bilaterais entre agências nacionais para esse efeito, assim como um enquadramento propício da NATO. As primeiras reuniões terão sido realizadas, em 1971, pelo Clube de Berna, um grupo informal que pretendia trocar informações essencialmente sobre terrorismo e subversão. Os países que compõem o Clube – que parece incluir igualmente os EUA – organizam reuniões, conferências técnicas e investigações conjuntas.[18] Neste mesmo ano, teve lugar a primeira reunião do grupo *Pompidou*, cujo objectivo era de cooperar em matéria de luta contra a droga. Este último, embora tenha começado com apenas cinco membros, veio a ganhar influência durante a década de 1980, passando a ser constituído por 29 países.[19] Tal como o Clube de Berna, o grupo TREVI pretendia trocar informações sobre grupos terroristas e as suas actividades. Este último, criado em 1975, acabou por ser a organização mais influente, de entre as acima mencionadas, tendo coordenado, de certa forma, o trabalho das restantes.[20] O grupo *Kilowatt* só foi criado dois anos depois. Embora este tenha o mesmo objectivo que o grupo TREVI é muito centrado em questões israelitas, tendo aliás sido impulsionado pelo massacre de Munique, em 1972.[21] A título de curiosidade, é ainda possível referir outros grupos que terão desenvolvido cooperações em matéria de informações: o Clube de Viena, o grupo *Quantico*, o *Stars* e o *Mag* 92. É, no entanto, de realçar que a multiplicação destes grupos resultou frequentemente numa duplicação desnecessária de recursos.

Mais recentemente, a ameaça do terrorismo transnacional levou, sem dúvida, a UE a acelerar o processo de troca de dados estratégicos e a tentar encontrar estruturas mais abrangentes e integradoras. Os esforços têm sido sérios e, embora lentos, têm vindo a produzir um número relevante de novos organismos, cuja articulação se parece estar a tornar cada vez mais complexa: «creio que a falta de cooperação entre serviços de *intelligence* é uma questão que é referida em numerosas publicações e frequentemente mal compreendida. Actualmente, existe um grande nível de cooperação entre os serviços nacionais que trabalham em conjunto».[22] Não se pretende, contudo, desen-

volver neste trabalho uma lista exaustiva de todos os mecanismos e instrumentos de que a UE dispõe nesta matéria, apenas referir os mais relevantes. Actualmente, é possível apontar quatro centros europeus importantes de análise de informações estratégicas, que funcionam de forma paralela às agências nacionais: o SITCEN, a *Intelligence Division of the European Military Staff*, o *European Union Satellite Centre* e a Europol. Cada uma destas organizações produz informações em áreas distintas, mas igualmente necessárias à realização dos objectivos da UE.

A área da defesa da UE necessita de apoio para preparar e levar a cabo operações militares no âmbito da PESC. A instituição responsável pelo essencial das trocas de informações militares, ao nível da UE, é a *Intelligence Division of the European Military Staff* (INTDIV). Esta última é composta por 30 oficiais de vários Estados-membros, cuja função é desenvolver relatórios (baseados em informações fornecidas pelos países), que são seguidamente distribuídos pela estrutura da PESC. Estes documentos dizem respeito, essencialmente, a capacidades militares de países terceiros, nomeadamente daqueles que estão situados em regiões em crise ou de potencial conflito. No início de 2004 esta Divisão foi reforçada com a criação de uma célula civil e militar, cuja função será de preparar as transições entre operações militares e missões civis (de polícia, por exemplo). Apesar de permitir a congregação de uma quantidade considerável de informações oriundas de todos os Estados-membros, este centro continua a estar muito limitado. Naturalmente, os relatórios produzidos constituem uma mais-valia preciosa na preparação e condução de operações. No entanto, o centro continua a depender quase inteiramente das contribuições nacionais e, consequentemente, de agências que têm capacidades e orçamentos limitados.

Outro centro de *intelligence* que apoia a UE é o *Joint Situation Centre* (SITCEN), operacional desde Janeiro de 2003. Esta instituição veio compensar a falta de capacidades para pôr em comum a informações externas recolhidas pelos Estados-membros. A função deste centro é de produzir relatórios diários e resumos da imprensa mundial, os quais têm sido complementados, recentemente, pela elaboração de documentos mais abrangentes relativos à situação de determinadas regiões. Os dados que trabalha provêm das agências nacionais (que declaram reservar-se o direito de não partilhar as informações mais sensíveis),[23] do *European Union Military Staff* (do qual a *Intelligence Division* faz parte), dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e até da Comissão Europeia. Novamente, deparamo-nos com o problema da dependência relativamente a organismos externos. A fragilidade do SITCEN é ainda agravada pelo facto de ter um conjunto de colaboradores extremamente reduzido. Os sete analistas que compõem este centro, juntamente com dois

diplomatas, três militares e um oficial de polícia,[24] são largamente insuficientes para prover a UE com a quantidade de *intelligence* de que ela necessita.

A Europol é a única instituição com capacidade para reunir uma quantidade relevante de informações relativas a actividades criminosas. Se a *Intelligence Division* se encarrega da área militar e o SITCEN das informações externas, a Europol dedica-se à segurança interna, mais exactamente à análise de dados sobre terrorismo, tráfico de droga e outros tipos de crime organizado. À semelhança dos centros anteriores, a função da Europol consiste em reunir *intelligence* com o intuito de identificar padrões de actividade e completar *puzzles* de informações. Apesar de o seu papel se ter tornado mais relevante nos últimos anos, continua a não beneficiar de poderes executivos próprios. Por outras palavras, «cabe a cada autoridade nacional decidir se deseja passar as suas informações à Europol, seguir os conselhos que esta dá e recorrer à assistência que ela pode providenciar».[25]

Finalmente, o *European Union Satellite Centre* (EUSC) é o organismo que apoia todas as áreas através da análise de imagens de satélite. Trata-se de um serviço que não é destinado exclusivamente às instituições comunitárias, podendo ser requerido por agências nacionais, Estados terceiros e até organizações internacionais. No que diz respeito aos aspectos negativos deste centro, não divergem muito dos anteriormente citados. Seria de esperar que um centro de satélites tivesse satélites próprios, mas este não tem. Dado que precisa de recorrer a outras fontes para obter material, a sua capacidade para fornecer imagens em tempo real é extremamente limitada.

Os principais organismos produtores de *intelligence* ao serviço da UE permitem-nos ter um panorama global do nível real de cooperação neste campo. Embora estas estruturas existam e estejam a desenvolver perspectivas globais muito interessantes, é difícil dizer até que ponto são essenciais; ficamos, aliás, com a sensação de que são praticamente opcionais. Estes centros limitam-se a receber informações, para em seguida as analisar e divulgar: «os meios técnicos de pesquisa europeus (…) parecem não estar ainda em condições de garantir uma pesquisa técnica auto-suficiente».[26] Tendo em consideração que os Estados-membros podem até escolher criteriosamente os dados que querem enviar e aqueles que preferem ocultar, até que ponto os relatórios produzidos por estes organismos serão completos? Enquanto estes últimos não possuírem uma capacidade de recolha autónoma e poderes executivos, não poderão ser levados verdadeiramente a sério.

É a este estádio do artigo que deve ser introduzida a problemática de uma possível AEI. Perante este panorama sombrio, qual seria o resultado da criação de uma agência deste género? Iria beneficiar verdadeiramente a UE ou iria apenas tornar-se mais um organismo dependente da boa vontade dos

Estados-membros? A 2 de Fevereiro de 2004, o ministro do Interior austríaco, Ernst Strasser, apresentou em Conselho de Ministros a proposta de criação de uma AEI. Fruto da experiência da crise no Iraque, dos ataques terroristas em Madrid e em Londres, da inadequação, em geral, da cooperação em matéria de *intelligence*. Esta iniciativa pretendia monitorizar e avaliar potenciais ameaças à UE. Apesar de os ministros terem caracterizado esta proposta como sendo interessante, a reacção foi, no entanto, desfavorável à prossecução desse projecto, considerado prematuro.[27]

De facto, se por um lado é aceite que só uma cooperação reforçada poderá trazer à UE o apoio, em termos de *intelligence*, de que ela necessita, por outro, avançar com um projecto desta envergadura poderia não ter os resultados esperados. Tendo em consideração a situação actual, é possível que a agência não conseguisse ultrapassar os obstáculos acima descritos e acabasse por se tornar apenas mais um centro de recepção e análise de informações. A probabilidade de não conseguir eliminar estes problemas é grande, dado que estes são de natureza política, mais do que técnica. É nítido que dois pressupostos mínimos são essenciais para que estejam criadas as condições para dar esse passo tão grande: a existência de vontade política para levar a integração mais longe e, por outro lado, a devida preparação técnica por parte dos Estados-membros. Até lá, é de bom senso não avançar para a criação da AEI. O facto de já ter sido apresentada uma proposta neste sentido, não é, no entanto, negativo em si mesmo. Permitiu aos países começar a reflectir sobre questões que poderão ser cruciais no futuro, tais como: que papel poderiam ter as agências nacionais de informações junto de uma agência centralizadora? Quem iria liderar um organismo destes? Seria positivo para os países mais pequenos? Iria criar problemas de incompatibilidade com a NATO?[28]

Independentemente da forma como a *intelligence* europeia irá evoluir no futuro, uma coisa é certa, por enquanto e, «no que diz respeito a criarmos mais agências, deveriamos aprender a andar antes de correr».[29]

Conclusão

As informações estratégicas têm demonstrado ser cada vez mais importantes no momento histórico em que estamos a viver. Sem dúvida, continuarão a sê-lo no futuro. Tendo apreendido este facto, a UE questiona-se agora sobre qual a melhor forma de tomar partido da sua estrutura de *intelligence*. Muito embora os Estados-membros tenham consciência de que a cooperação é a única via para atingir a resposta colectiva necessária ao combate das ameaças actuais, existe também a percepção de que as informações estratégicas são demasiado preciosas para serem partilhadas com países que, embora sejam parte integrante da UE, não deixam, mesmo assim, de constituir Estados autóno-

mos. Os obstáculos que se colocam no caminho de uma maior integração são ainda muito numerosos e, acima de tudo, políticos. Apesar destes últimos, os primeiros passos, embora débeis, já foram dados. A UE já pode afirmar que tem organismos próprios para a troca de informações em áreas variadas. Os optimistas vêem estas iniciativas como sendo os primórdios de uma AEI, enquanto que os pessimistas (para alguns, os realistas) consideram-nas como o limite máximo da cooperação entre Estados, que nunca irão abdicar da sua soberania. Não nos arriscamos a fazer futurologia. Cremos, contudo, que é demasiado cedo para desenvolver um projecto de uma agência centralizadora, visto que não é prudente querer construir uma casa sem lhe criar primeiro as fundações.

Notas

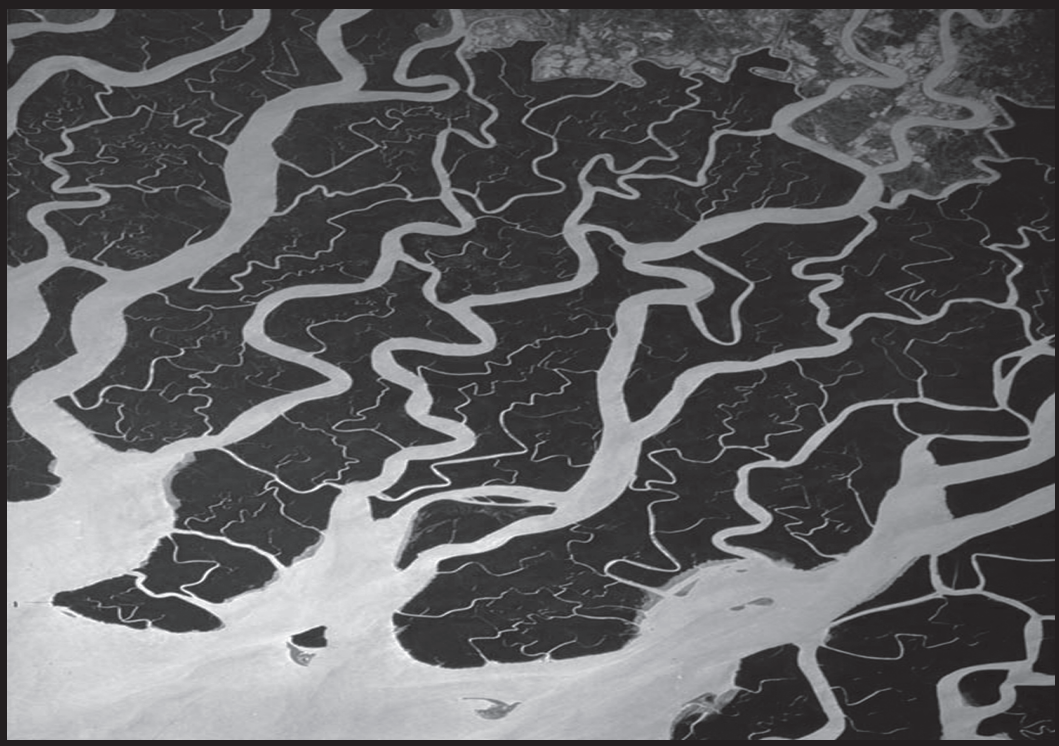
1 Javier Solana, *Uma Europa Segura num Mundo Melhor*, [http://ue.eu.int/uedocs/cmsUpload/031208essiip.pdf], p. 3.
2 Bjorn Muller-Wille, *For our Eyes Only? Shaping an Intelligence Community within the EU* (Institute for Security Studies, *Occasional Papers*, nº 50, Janeiro de 2004), p. 11.
3 *Idem*, p. 12.
4 *Idem*, p. 11.
5 Jean-Michel Lavoizard, *L'Information de Sécurité, un élément-clé de la construction européenne* (*Défense Nationale*, Ano 59, Março de 2003), p. 116.
6 Muller-Wille, *op. cit.*, p. 5.
7 Lavoizard, *op. cit.*, p. 116.
8 Joaquim Chito Rodrigues, *As Informações Estratégicas: a União Europeia e a Segurança Nacional* (*Revista Militar*, Ano 56, nº 8/9, Agosto/Setembro de 2004), p. 796.
9 Muller-Wille, *op. cit.*, p. 7.
10 (*BBC News*, 19 de Março de 2004).
11 Antoni Podolski, *European Intelligence Co-operation – Failing Part of the CFSP and ESDP?* (Reports and Analyses, 6/04/A, Center for International Relations, Warsaw), p. 2.
12 A. Townsend, *Guarding Europe* (Center for European Reform, 2004), p. 7.
13 Muller-Wille, *op. cit.*, p. 15.
14 *Idem*, p. 16.
15 *Idem*.
16 Podolski, *op. cit.*, p. 3.
17 Mirjam Dittrich, *Facing the Global Terrorist Threat: a European Response* (European Policy Centre, *Working Paper*, Nº14, Janeiro de 2005), p. 24.
18 Richard Bennett e Katie Bennett, *The Mechanisms od an Oppressive State* (UK Intelligence and Security Report, Agosto de 2003).
19 Didier Bigo, *L'Europe des Polices et la Sécurité Ultérieure* (Editions Complexe: Paris, 1992), p. 143.
20 Heather Moore, *International Crime and Integration: the development of Europol* [http://www.is.rhodes.edu/modus/96/Moore.html].
21 Bennett e Bennett, *op. cit.*
22 Citação de Gjies de Vries em *EU takes first step toward Joint Intelligence Capability* (EU Business, 09/06/2004), [http://www.eubusiness.com/topics/European_Council/EUNews.2004-06-09.3325].
23 *Select Committee on European Union of the United Kingdom Parliament* (Appendix 5: Joint Situation Centre, session 2002/3).
24 *Select Committee on the European Union of the House of the Lords* (7th Report, session 2002/3), p. 17.
25 Muller-Wille, *op. cit.*, p. 26.
26 Rodrigues, *op. cit.*, p. 796.
27 «Lukewarm reception to Euro CIA proposal» (*Breaking News*, 19 de Fevereiro de 2004), [http://www.breakingnews.ie/2004/02/19/story134992.html].
28 Rodrigues, *op. cit.*, p. 796.
29 Citação de Michael McDowell em «Lukewarm reception to Euro CIA proposal».

ipris

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança

O DESAFIO DA ÁGUA
NO SÉCULO XXI
entre o conflito e a cooperação

Coordenação científica de Viriato Soromenho-Marques

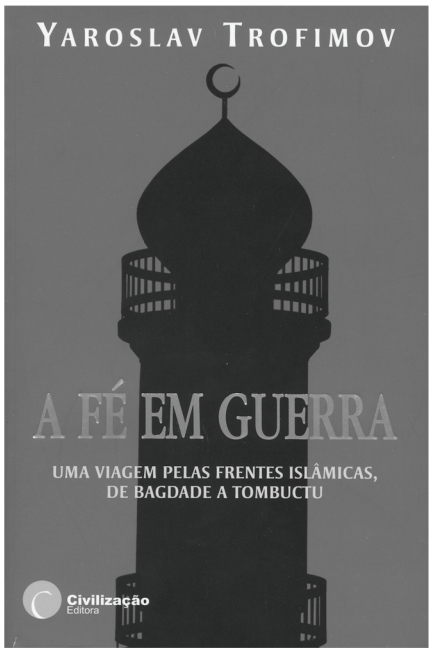


Esta obra analisa o problema essencial da água sob o duplo prisma do risco e da oportunidade. Num certo sentido, a gestão sustentável da água constitui uma tarefa que condensa outras questões associadas à agenda do século XXI, que é a da construção de uma civilização planetária sustentável. As políticas da água nos planos regional, nacional, internacional e global oferecem condições propícias para o desenvolvimento de iniciativas, de políticas e de instituições, apontando no sentido da cooperação compulsiva, que consiste na valorização dos factores de cooperação sobre os elementos de competitividade, criando condições para uma paz efectiva, em lugares onde a ruptura bélica poderia parecer o desenlace mais provável.

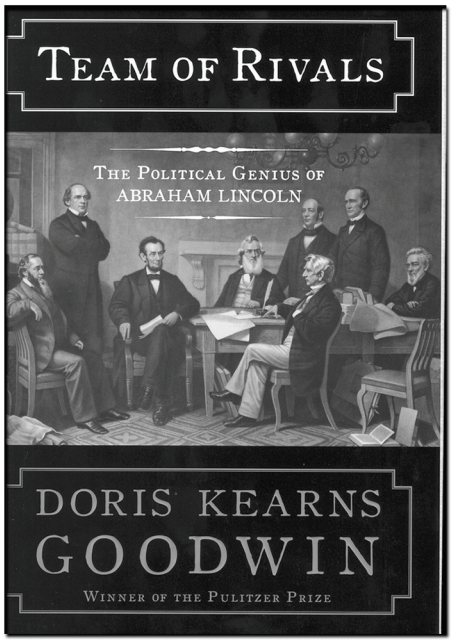
«Trata-se de um livro de inegável interesse, que contém muita informação
e um grande número de referências bibliográficas, rigoroso e didáctico»
Le Monde Diplomatique – Ed. portuguesa; Outubro 2004

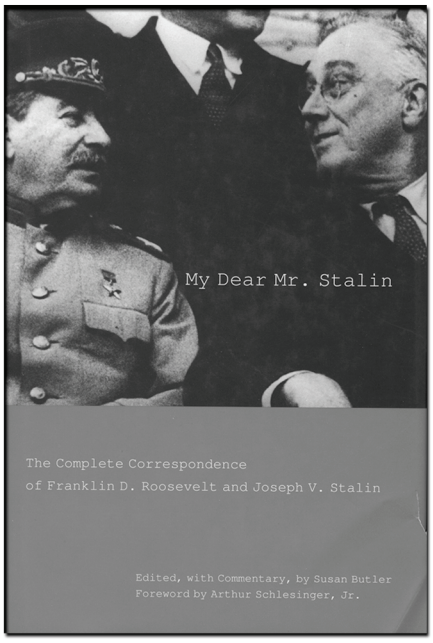
Encomendas:

IPRIS – Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança
Rua Ferreira Borges, 193, 1º F, 1350-131 Lisboa — Telefone: 213867997 - E-mail: ipris@ipris.org - URL: www.ipris.org



Uma selecção de livros para melhor compreender o mundo da Política Internacional





fnac
www.fnac.pt